



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022

Processo Licitatório nº: 22.071/2021

Processo de Impugnação nº: 16.017/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA especializada para SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE APLICATIVO UTILITÁRIO para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

IMPUGNANTE: CONNECT GLOBAL PRODUTOS E SERVIÇOS EIRIELLI.

IMPUGNADO: EDITAL

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **CONNECT GLOBAL PRODUTOS E SERVIÇOS EIRIELLI**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 072/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante alega, em síntese, que:

“É impossível o cumprimento da exigência constante no Termo de Referência, item 12.3.”

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

“...requer seja a presente impugnação julgada PROCEDENTE, para retirar a exigência de registro do responsável técnico em entidade de classe, por não ser necessário para atividade de desenvolvimento e por inexistir entidade que regule os graduados em ensino superior nos cursos de Ciências da Computação, Sistema de Informação e correlatos.”

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional



Comissão de Pregão III

sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **CONNECT GLOBAL PRODUTOS E SERVIÇOS EIRIELLI**.

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o **subitem 28.5 do edital**, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável na pessoa do Secretário de Turismo e Marketing, Sr. Renan da Silva Alves concluiu:

“Todavia, para evitar interpretações equivocadas, garantir a lisura do procedimento de contratação e o bom entendimento do mesmo, suspenderemos o certame para readequação do texto no edital.”



Comissão de Pregão III

V. **DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer exarado pelo Sr. Renan da Silva Alves (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **CONNECT GLOBAL PRODUTOS E SERVIÇOS EIRIELLI** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 072/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 28 de junho de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matrícula: 106.380